



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**De:** Secretaria Municipal de Saúde

**Para:** Gerencia de Licitação e Compras

**Assunto:** Manifestação ao parecer jurídico PGM/CJLC nº 238 de 15 de outubro de 2025.

Prezados (as),

O Parecer 238/25 emitido pela Procuradoria, em sua conclusão fez os seguintes apontamentos:

#### IV. CONCLUSÃO

Pelo exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela **inviabilidade jurídica** do prosseguimento do presente processo, **considerando que as recomendações e ressalvas** realizadas no teor do parecer jurídico são de caráter insanável, principalmente o constante nos itens a seguir:

##### II.3 LIMITES E INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA

II.6.DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL: CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

##### II.8.1 ANÁLISE DE RISCOS

##### II.8.3 ORÇAMENTO ESTIMADO E PESQUISA DE PREÇOS

##### II.11 MINUTA DO CONTRATO

III. PUBLICIDADE DO EDITAL E DO TERMO DE CONTRATO entre outros.

No tocante ao 1º apontamento “**ITEM II.3.1 LIMITES E INSTANCIA DA GOVERNANÇA**” conforme “print” abaixo:

#### II.3 LIMITES E INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA

No caso em questão, o valor estimado das aquisições é de aproximadamente R\$ 6.151.027,57 (seis milhões, cento e cinquenta e um mil, vinte e sete reais e cinquenta e sete centavos) e, por se tratar de Pregão Eletrônico, por força da Portaria nº 23.926 de 11 de setembro de 2023, que “estabelece instâncias de governança, normas e os



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Como demonstrado, a manifestação do Secretário aprova os valores fornecidos no Documento de Formalização de Demanda, sendo ele R\$ 3.449.507,10 (três milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, quinhentos e sete reais e dez centavos), no entanto, após o mencionado documento, foram apresentados pela gerência de licitação outras cotações, finalizando o valor estimado em R\$ 6.151.027,57 (seis milhões, cento e cinquenta e um mil, vinte e sete reais e cinquenta e sete centavos).

Diante de tamanha variação nos valores iniciais e finais do processo licitatório, entende-se que o requisito da manifestação do Secretário Municipal de Planejamento e Orçamento - SMPO, não resta atendido, visto que, sua manifestação foi referente a metade do valor determinado posteriormente.

Estelita Maria Pereira, Anderson Lima dos Santos, Leonardo Marinho de Jesus  
PARECER JURÍDICO Nº: 238/2025/PGM/CJEC Página 7 de 45

**Deste modo, recomenda-se a reanálise e manifestação do Secretário Municipal de Planejamento e Orçamento, o Sr. Leandro Luiz Santos.**

Em atenção ao apontou divergência entre o valor inicialmente previsto no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e o valor estimado final da contratação, informamos que a diferença observada decorre do ajuste dos preços obtidos após a conclusão da pesquisa de mercado, em consonância com o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Termo de Referência.

Esclarece-se que a presente contratação tem por objeto a aquisição eventual e futura de dietas e fórmulas especiais, destinadas ao cumprimento de determinações judiciais e à execução do Programa Municipal de Nutrição, ambos de caráter contínuo e essencial ao atendimento da população assistida pela Secretaria Municipal de Saúde.

Assim, considerando a natureza do objeto e a necessidade de garantir a continuidade do fornecimento, mantém-se a necessidade da contratação, conforme valor atualizado e fundamentação técnica apresentada nos autos.

Por fim, a Secretaria Municipal de Saúde solicitará à Secretaria de Planejamento a devida avaliação e autorização para continuidade do processo licitatório, considerando a modalidade de registro de preços, de forma a assegurar a regularidade e conformidade do procedimento com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Com relação ao **“ITEM II.6 DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL: CRITERIOS DE SUSTENTABILIDADE”**

**II.6. DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL: CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

As contratações governamentais devem estabelecer critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para a redução do consumo e para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental, a exemplo dos produtos reciclados e/ou recicláveis (arts. 5º e 11 da Lei Federal n. 14.133/2021, c/c art. 7º, XI, da Lei Federal n. 12.305/2010).

No planejamento da contratação devem ser observados determinados pressupostos, entre eles a especificação do objeto de acordo com critérios de sustentabilidade, a existência de obrigações a serem cumpridas durante o fornecimento e o recolhimento dos produtos, bem como a incidência de normas especiais de comercialização ou de licenciamento de atividades (ex.: registro no Cadastro Técnico Federal - CTF), que são requisitos previstos na legislação de regência ou em leis especiais (ex.: arts. 66 e 67 IV, da Lei Federal n. 14.133/2021).

Portanto, embora o texto do ETP represente um avanço em termos de diretrizes, seu conteúdo **ainda é insuficiente** do ponto de vista técnico e normativo para garantir a plena integração da sustentabilidade como critério de julgamento e execução contratual.

A prioridade ou "preferência" por materiais que minimizem impactos ambientais, como produtos reciclados ou recicláveis e processos de produção de baixo impacto energético como mencionado no ETP, não se tornou um **critério de exigência ou pontuação no Termo de Referência, ou no Edital** para o produto em si.

A confiança em uma "declaração de sustentabilidade" sem o correspondente detalhamento técnico no objeto da contratação e sem critérios de avaliação específicos torna a aplicação dos princípios de sustentabilidade mais uma formalidade do que uma efetiva prática na escolha do fornecedor e do produto.

Sem essas especificações e critérios técnicos, a contratação arrisca adquirir um produto que, embora atenda às necessidades funcionais, não contribua ativamente para os objetivos de desenvolvimento nacional sustentável, conforme a exigência legal.

**Diante do exposto, conclui-se que o referido requisito não foi devidamente atendido, deste modo, recomenda-se a revisão dos requisitos pertinentes à sustentabilidade. Sugere-se utilizar o Manual de Práticas Sustentáveis da AGU como parâmetro.**

Ressaltamos que os critérios de sustentabilidade constituem aspecto de grande relevância para a Administração Pública. Contudo, sua aplicação como obrigação contratual demanda cautela, uma vez que não pode se restringir a um ideal abstrato, mas sim estar amparada em estudos mais aprofundados, em consonância com os órgãos de controle interno e de meio ambiente, para identificar práticas efetivamente



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

sustentáveis e aplicáveis ao caso concreto. Ademais, faz-se necessário prever capacitação adequada dos fiscais quanto à correta aplicação e acompanhamento dessas exigências durante a execução contratual, de modo a garantir segurança jurídica e viabilidade prática. Nesse sentido, observa-se a dificuldade em exigir, de imediato, tais obrigações da contratada sem que esses elementos estejam previamente estruturados e regulamentados.

No que pese o apontamento ao “**ITEM II.8.1 ANÁLISE DE RISCO**” conforme print abaixo:

**II.8.1 ANÁLISE DE RISCOS**

O art. 18, inciso X, da Lei Federal n. 14.133/2021, **estabelece que o planejamento da contratação deverá contemplar a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual.**

Assim, no Portal de Compras do Governo Federal consta um tópico especialmente dedicado à Identificação e Avaliação de Riscos, que oferece orientações elaboradas com base nas premissas estabelecidas pela Lei Federal n. 14.133/2021, **sendo certo que tais recomendações devem ser incorporadas no planejamento desta contratação.**

Além disso, a Administração deve se atentar para a possibilidade de inserir no contrato um tópico destinado à Matriz de Riscos (art. 6º, inciso XVII) e Matriz de Alocação de Riscos (art. 103), o que deve ser feito com base em avaliação concreta com apresentação de justificativa, haja vista a possibilidade de elevação dos custos da contratação. Em caso de dúvidas, esta unidade jurídica poderá ser consultada.

A aquisição pública que tange sobre a área da saúde, por intermédio de processos licitatórios, reveste-se de uma complexidade intrínseca, haja vista a natureza essencial dos bens pretendidos e o rigor legal imposto às contratações da Administração Pública. Tais procedimentos, longe de serem meramente burocráticos, configuram um campo onde se manifestam diversos riscos que, se não mitigados com atenção, podem comprometer a higidez do erário e, precipuamente, a saúde e o

O desenvolvimento de um Mapa de Riscos específico para a aquisição de Fórmulas Alimentares Especiais, identificando, avaliando a probabilidade e o impacto de cada ameaça, e definindo ações preventivas e ações corretivas, caso se torne necessário.

No caso concreto, a Secretaria Municipal de Saúde - SMSA menciona na lista de verificação da AGU (0236855) que foi realizada a análise quanto ao risco do procedimento licitatório, no entanto, não foi apresentado nos autos do processo administrativo. Não constam o Mapa de Risco e nem a declaração de utilização de minuta padronizada, ou seja, entende-se que não foi elaborado pela Secretaria demandante.

**Tal lacuna inviabiliza o andamento do processo administrativo licitatório, considerando a importância do documento, bem como, devido à complexidade do teor da licitação que tange sobre aquisição de dietas especiais e por fim, pelo expressivo valor da contratação.**

Deste modo, **NÃO** resta atendido o requisito do documento de Mapa de Risco, **recomenda-se** a juntada do documento para possibilitar o prosseguimento da licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Em atenção ao apontamento contido no parecer jurídico, esclarece-se que a ausência do mapa de riscos decorreu de erro material, já identificado, sendo que o documento será devidamente elaborado e anexado aos autos para regularização do processo.

Mediante o exposto, e considerando que foram devidamente sanados os apontamentos constantes do Parecer Jurídico nº 238, de 15 de outubro, o processo seguirá para as demais deliberações e providências cabíveis.

Cumpre destacar que a presente contratação possui relevância técnica, social e jurídica, uma vez que se destina à aquisição de dietas e fórmulas especiais indispensáveis ao cumprimento de ordens judiciais ativas e futuras, bem como à execução do Programa Municipal de Nutrição, que atende pacientes em situação de vulnerabilidade e com necessidades alimentares específicas, sob acompanhamento da Secretaria Municipal de Saúde.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de reverter o entendimento inicial de inviabilidade jurídica apontado no referido parecer, haja vista que foram apresentados os esclarecimentos técnicos e documentos complementares capazes de demonstrar a viabilidade e a imprescindibilidade da contratação.

Ressalta-se, por fim, que a continuidade do processo é fundamental para garantir o atendimento regular das demandas judiciais e administrativas, assegurando a efetividade das políticas públicas de saúde e nutrição e evitando a interrupção de um serviço essencial à população.

**Soraia Aparecida Ferreira**  
**Supervisora de Compras e Licitações**  
**Matricula 38.939**